

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MATRINHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 05 de maio de 2014, que não conteve modificação, no entanto, conteve ênfase decorrente da avaliação da continuidade operacional da Companhia, por apresentar insuficiência de capital de giro.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Audítores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ


Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	5	73.748.515	237.028.972
Adiantamentos		-	57.258
Impostos a recuperar		2.553.679	66.430
Outras contas a receber		569.901	16.004
Total ativo do circulante		76.872.095	237.168.664
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo financeiro indenizável	6	1.470.646.262	539.435.554
Depositos judiciais		4.175.888	3.740.698
Imobilizado líquido		204.382	19.114
Total do não circulante		1.475.026.531	543.195.366
TOTAL DO ATIVO		1.551.898.626	780.364.030
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	11.268.289	5.342
Retenções contratuais	8	1.635.585	694.966
Debêntures	9	-	564.524.790
Empréstimos e financiamentos	11	24.637.228	-
Salários e encargos		210.516	59.311
Impostos e contribuições sociais	10	7.958.151	4.182.217
Dividendos propostos	13.c	16.564.512	1.755.888
Servidão a pagar		-	1.240.469
Outros passivos circulantes		73.809	881.435
Total do passivo circulante		62.348.090	573.344.418
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	528.634.082	-
Impostos diferidos	12	56.300.111	7.064.164
Total do passivo não circulante		584.934.193	7.064.164
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13		
	13.a	851.608.000	194.490.585
Reserva legal	13.b	3.478.643	361.037
Lucros retidos		49.529.700	5.103.826
Total do patrimônio líquido		904.616.343	199.955.448
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.551.898.626	780.364.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita de Construção		813.466.625	510.855.132
Custo de Construção	14	<u>(813.466.625)</u>	<u>(510.855.132)</u>
LUCRO BRUTO		-	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(1.801.536)	(1.431.090)
Materiais		(23.012)	(11.813)
Serviços de terceiros		(1.756.946)	(2.122.922)
Tributos		(2.023.152)	(890.738)
Arrendamentos e aluguéis		(423.128)	(299.801)
Despesas administrativas		(28.901)	(35.833)
Outros		452.500	-
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>(5.604.175)</u>	<u>(4.792.197)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas de aplicações financeiras		123.410	879.959
Rendas sobre ativo financeiro		117.744.083	20.847.626
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		<u>(675.266)</u>	<u>(71.905)</u>
Total		<u>117.192.227</u>	<u>21.655.680</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		111.588.052	16.863.483
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(2.751.029)
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>(49.235.948)</u>	<u>(7.064.164)</u>
Total		<u>(49.235.948)</u>	<u>(9.815.193)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>62.352.104</u>	<u>7.048.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014

(Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		AFAC	Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	20.501.000	8.623	81.919	-	-	20.591.542
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	173.989.586	173.989.586
Integralização de capital com AFAC	173.989.586	-	-	-	(173.989.586)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	7.048.290	7.048.290
Constituição de reserva legal	-	352.415	-	-	(352.415)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.673.969)	(1.673.969)
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.021.906	-	(5.021.906)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	194.490.586	361.038	5.103.825	-	-	199.955.448
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em agosto de 2014	-	-	-	35.000.000	-	35.000.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em setembro de 2014	-	-	-	138.950.000	-	138.950.000
Integralização de capital com AFAC em 22 de setembro de 2014	371.556.532	-	-	(371.556.532)	-	-
Integralização de Capital em outubro de 2014	283.952.882	-	-	-	-	283.952.882
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em outubro de 2014	-	-	-	73.950.000	-	73.950.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em dezembro de 2014	-	-	-	125.264.532	-	125.264.532
Integralização de capital com AFAC em 22 de dezembro de 2014	1.608.000	-	-	(1.608.000)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	62.352.104	62.352.104
Constituição de reserva legal	-	3.117.605	-	-	(3.117.605)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	(14.808.624)	(14.808.624)
Lucros retidos	-	-	44.425.875	-	(44.425.875)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	851.608.000	3.478.643	49.529.701	-	-	904.616.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do resultado abrangente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	62.352.104	7.048.290
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>62.352.104</u>	<u>7.048.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras:

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do exercício antes dos impostos	111.588.052	16.863.483
AJUSTES DE ITENS SEM DESEMBOLSO DE CAIXA PARA CONCILIAÇÃO DO LUCRO COM O FLUXO DE CAIXA		
Adiantamentos	57.258	205.324
Impostos a recuperar	(2.487.249)	(46.226)
Despesas pagas antecipadamente	-	(2.584.741)
Depósitos judiciais	(435.189)	(3.740.698)
Outras contas a receber	(553.897)	-
Fornecedores	11.262.948	(323.942)
Impostos e contribuições sociais	3.775.934	4.086.742
Retenções Contratuais	940.619	608.735
Salários e encargos	151.205	(44.482)
Provisão para Servidão	(1.166.660)	1.240.469
IR/CS Pagos	-	(2.783.038)
Outros passivos circulantes	(881.437)	880.925
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>122.251.584</u>	<u>14.362.551</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ativo Financeiro Indenizável	(931.210.708)	(510.827.433)
Aquisição de imobilizado	(185.268)	(19.114)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(931.395.976)</u>	<u>(510.846.547)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos	553.271.310	546.250.208
Baixa de debêntures	(564.524.790)	-
Integralização de Capital	657.117.415	173.989.585
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>645.863.935</u>	<u>720.239.794</u>
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(163.280.457)</u>	<u>223.755.798</u>
INÍCIO DO EXERCÍCIO	237.028.972	13.273.174
FINAL DO EXERCÍCIO	73.748.515	237.028.972
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>(163.280.457)</u>	<u>223.755.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RECEITA		
Receita	813.466.625	510.855.132
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(813.466.625)	(510.855.132)
Serviços	(2.203.086)	(2.434.536)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(2.203.086)</u>	<u>(2.434.536)</u>
VALOR ADICIONADO REEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado Financeiro	117.192.227	21.655.680
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>114.989.140</u></u>	<u><u>19.221.144</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	1.801.536	1.431.090
Tributos	51.259.098	890.738
Despesas administrativas	28.901	9.851.026
Outros	(452.500)	-
Lucro do exercício	62.352.104	7.048.290
TOTAL	<u><u>114.989.140</u></u>	<u><u>19.221.144</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("MTE" ou "Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

1.3 A Companhia tem previsão de entrada em operação comercial estabelecida para 31 de julho de 2015, conforme explicitado em nossa Nota "17. Eventos Subsequentes".

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 06 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia esta em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

3.2. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

3.2.1. Receita de concessão

a) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

b) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

3.2.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores e outras contas a pagar, debentures e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.5. Ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.8. Impostos

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real trimestral. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada considerando o resultado apurado no trimestre ajustado em função da legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

3.12. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010.

4. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

(i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia:

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.
- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios.

(ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

- IFRIC 21 – tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bancos conta movimento e Fundo de Caixa	807.708	19.130.094
Aplicações financeiras – CDB Banco Santander	90.086	216.714.678
Aplicações financeiras – CDB Banco HSBC	72.826.620	1.184.200
Aplicações financeiras – CDB Banco Itaú	24.101	-
Total	<u>73.748.515</u>	<u>237.028.972</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco HSBC e à taxa de 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco Santander.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

6. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro de 2014 de R\$1.470.646.262 (R\$539.435.554 em 2013) classificado no ativo não circulante e está composto como se segue:

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2014	31/12/2013
Terrenos	500.000	500.000
Edificações e obras civis	351.027.995	2.913.998
Máquinas e equipamentos	679.788.031	188.157.920
Consultorias e assessorias	12.033.037	7.513.496
Estudos e projetos	6.280.886	5.805.639
Indenizações de servidão	19.411.793	15.548.586
Encargos líquidos sobre empréstimo	59.134.737	9.604.976
Pessoal e encargos operacionais	2.129.719	1.586.325
Tributos	14.124.721	10.416.158
Serviços de terceiros	4.337.065	78.674.652
Seguros	2.139.094	608.648
Arrendamentos e aluguéis	76.638	7.607.105
Adiantamento a fornecedores	180.500.617	188.499.620
Remuneração dos ativos de concessão	138.770.039	21.025.956
Outros	391.890	972.475
	1.470.646.262	539.435.554

7. Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores está composto como se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Impactours Viagens e Turismo	-	3.357
Otávio Tobias	52.850	-
Alstom Grid	1.352.930	-
Cefer	200.000	-
Brametal	4.745.000	-
Engetuc	3.914.122	-
Intertechne	104.945	-
Construtora Vertice	538.080	-
Fabrica de Peças Elétricas Delmar	241.451	-
Outros	118.911	1.985
Total	11.268.289	5.342

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

8. Retenções contratuais

As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos serão restituídas quando da conclusão do serviço, e não tem previsão de alteração por encargos.

	31/12/2014	31/12/2013
Novo norte Engenharia e Construção Ltda.	562.659	324.448
Engefoto Engenharia e Aerolevanteamento	17.924	17.923
Aeroimagem S/A	17.923	17.924
Avalicon Engenharia	13.750	-
Electro Vidro	177.601	-
Amaro Antunes & Mourão	11.057	-
Mavi Engenharia Ltda.	818.471	318.471
JC. Passos Projetos e Construções	16.200	16.200
Total	1.635.585	694.966

9. Debêntures

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2013 (“AGE”), os acionistas da Companhia aprovaram a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária e não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, que foi composta de 800 (oitocentas) debêntures, com o valor nominal unitário de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada (“valor nominal unitário”), em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“ICVM 476”), perfazendo o total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais).

Data da emissão: 03/07/2013

Vencimento: 20/12/2014

Forma de Subscrição e Integralização: A qualquer tempo via CETIP

Remuneração: 100% da taxa média diária. “Taxa DI over extra grupo”. Pro rata temporis por dias úteis

Ano base: 252 dias úteis

Destinação dos recursos: Investimentos na própria companhia

Garantias: Fidejussória

Interveniente garantidor: State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A.

Banco liquidante e Escriturador Mandatário: Banco Bradesco S.A.

A primeira emissão de debêntures foi realizada em 20 de junho de 2013, no valor de R\$ 332.697.836, sendo efetivamente recebido o montante de R\$ 330.954.173, líquido dos custos de transação.

Em 01 de outubro de 2013 ocorreu a segunda emissão de debêntures, quando foi emitido R\$ 217.205.300, sendo efetivamente recebido R\$ 215.296.036, líquido dos custos de transação.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 564.524.790, líquido dos custos de transação.

Em 04 de setembro de 2014, a Companhia efetuou a liquidação antecipada das debêntures, no montante de R\$ 609.720.355.

10. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.623.179	1.424.249
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	974.325	582.018
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2.003	51.399	-
Imposto sobre serviços - ISS	2.587.187	504.098
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.040.749	968.133
Imposto de Renda sobre o Lucro	230.402	230.402
Contribuição Social sobre o Lucro	450.910	450.910
Outros	-	22.407
	<u>7.958.151</u>	<u>4.182.217</u>

O saldo de imposto de renda retido na fonte – IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e, que serão recolhidos no mês subsequente.

O saldo de Imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementa 116/2003.

Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro correspondem, principalmente, aos montantes sobre o resultado do exercício.

11. Empréstimos e financiamentos

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440 (Seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil reais). Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' – R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a., a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029;

- Subcrédito 'B' – R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito está destiando à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023;
- Subcrédito 'C' – R\$ 3.440, com Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP de, no mínimo, 6% a.a. Este subcrédito está destiando a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de maio de 2029.

Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo atualizado do empréstimo concedido pelo BNDES, é de R\$ 553.271.310, líquido dos custos de transação, até a presente data.

Segregação de curto e longo prazo:

	curto prazo	longo prazo
Sub crédito A	20.633.076	474.560.747
Sub crédito B	4.038.230	54.804.548
TOTAL	24.671.306	529.365.294
Despesas de lançamento	(34.078)	(731.212)
Total	24.637.227	528.634.082

Saldos de acordo com o vencimento:

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Ano	Empréstimos	Despesas de lançamento	Líquido
2015	21.723.724	(27.332)	21.696.392
2016	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2017	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2018	42.293.667	(54.664)	42.239.003
2019	42.293.667	(54.664)	42.239.003
Acima de 2019	363.138.208	(519.304)	362.618.904
	<u>554.036.600</u>	<u>(765.291)</u>	<u>553.271.310</u>

12. Impostos diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar (Nota 9).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido	41.393.434	5.187.914
Contribuição Social Diferida	14.906.677	1.876.250
	<u>56.300.111</u>	<u>7.064.164</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 173.989.585, com a emissão de 173.989.585 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social, de R\$ 20.501.000, para R\$194.490.585.

Em 17 de abril de 2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07 de abril de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento do capital no valor de R\$ 85.078.732, com a emissão de 85.078.732 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 194.490.585, para R\$279.569.317.

Em 05 de maio de 2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07 de abril de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$84.182.151, com a emissão de 84.182.151 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 279.569.317, para R\$363.751.468.

Em 16 de junho de 2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$ 57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 363.751.468, para R\$421.097.468.

Em 10 de julho de 2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 421.097.468, para R\$478.443.468.

Em 22 de setembro de 2014, através da 17ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 100.000.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social de R\$478.443.468, para R\$578.443.468.

Em 22 de dezembro de 2014, através da 21ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 273.164.532, com a emissão de 273.164.532 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social de R\$ 578.443.468, para R\$ 851.608.000.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$851.608.000, dividido em 851.608.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	434.320.080	99.190.198
COPEL Geração e Transmissão S.A.	417.287.920	95.300.387
	<u>851.608.000</u>	<u>194.490.585</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

14. Custo de construção

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

O saldo do custo de construção está composto conforme segue abaixo:

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Edificações e obras civis	(304.920.613)	(2.913.998)
Máquinas e equipamentos	(450.296.642)	(188.157.920)
Indenizações de servidão	(2.937.206)	-
Encargos líquidos sobre empréstimo	(49.529.761)	(9.604.976)
Pessoal e encargos operacionais	(543.395)	(1.305.395)
Tributos	(3.708.563)	-
Serviços de terceiros	-	(77.700.407)
Seguros	(1.530.445)	-
Adiantamento a fornecedores	-	(188.499.620)
Outros	-	(42.672.816)
	<u>(813.466.625)</u>	<u>(510.855.132)</u>

15. Instrumentos financeiros**15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2014			31/12/2013		
	Recebíveis	Avalor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	Avalor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	73.748.515	73.748.515	-	237.028.972	237.028.972
Adiantamentos	-	-	-	57.258	-	57.258
Impostos a recuperar	2.553.679	-	2.553.679	66.430	-	66.430
Outras contas a receber	569.901	-	569.901	16.004	-	16.004
Depósitos judiciais	4.175.888	-	4.175.888	3.740.698	-	3.740.698
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	1.470.646.262	-	1.470.646.262	539.435.554	-	539.435.554
	<u>1.477.945.729</u>	<u>73.748.515</u>	<u>1.551.694.244</u>	<u>543.315.944</u>	<u>237.028.972</u>	<u>780.344.916</u>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os valores de debêntures são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme saldo demonstrado abaixo:

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Passivos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Debêntures	-	564.524.790
Empréstimos e financiamentos	553.271.310	-
Fornecedores	11.268.289	5.342
Salários e encargos	210.516	59.311
Impostos e contribuições sociais	7.958.151	11.246.381
Retenções contratuais	1.635.585	694.966
	574.343.851	576.530.790

15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

c) Riscos cambiais

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado.

d) Riscos de crédito

O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A empresa pode adotar, como Política Financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

f) Riscos de operações com derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Caso a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

17. Eventos subsequentes

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta – Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015.

Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão. Em complemento, a previsão atual para a entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão é 31.07.2015.

“Cláusula Quinta (...) Terceira Subcláusula - As indisponibilidades da prestação do serviço decorrentes de sabotagem, terrorismo e catástrofes consideradas calamidades públicas, bem como as causadas por caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro, não estão sujeitas à aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em reais)

Quarta Subcláusula - A descoberta de materiais ou objetos nas áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente e à ANEEL, por serem de propriedade da União. Caso a descoberta provoque alterações no presente CONTRATO, as suas condições serão renegociadas, nos termos da legislação.

Quinta Subcláusula - O descumprimento dos marcos intermediários do cronograma de construção motivado por fatos relacionados ao processo de licenciamento ambiental não imputáveis à TRANSMISSORA, comprovados perante a ANEEL, poderá ocasionar a revisão dos prazos dos cronogramas de construção propostos pela TRANSMISSORA.

Sexta Subcláusula - Eventuais atrasos verificados durante o período de construção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, causados por fatos não imputáveis à TRANSMISSORA, decorrentes de embargos administrativos ou judiciais às obras, relativos ao uso das áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, que comprometam os prazos de execução, comprovados perante a ANEEL, poderão ensejar a revisão dos cronogramas de construção.”

Elencamos aqui de forma pontual, os impactos decorrentes dos eventos imprevisíveis e extraordinários ocorridos durante a construção das Instalações de Transmissão. De forma sucinta, foram verificados os seguintes eventos que afastam a responsabilidade da Matrinchã pelo atraso na implantação das instalações de transmissão:

- i) identificação de materiais arqueológicos no trajeto da linha de transmissão e demora do IPHAN em sua análise (impacto aproximado de 5 meses, 5 meses e 8 meses nos diversos eventos);
- ii) interferência do reservatório da UHE Sinop (impacto aproximado de 7 meses);
- iii) embargo causado pelo assentamento 12 de outubro (impacto aproximado de 7 meses);
- iv) incêndio ocorrido no alojamento do canteiro de obras da SE Paranaíta (impacto aproximado de 2 meses)

Com base no exposto, a Companhia solicitou a ANEEL, a postergação do prazo para início da operação comercial das Instalações de Transmissão para 31.07.2015 por meio de nossa correspondência “CE MTE 004/2015 de 09 de Janeiro de 2015” e entende que, tal solicitação foi recebida em conformidade pela Agência Reguladora, estando no aguardo apenas de seu pronunciamento oficial. Corrobora com tal entendimento por parte da ANEEL, o fato da mesma autorizar por meio de publicação no Diário Oficial da União de 28/01/2015 pg. 61, a implementação da solução alternativa apresentada pela Matrinchã, que viabiliza a energização da UHE Teles Pires a partir da subestação Sinop, assunto tratado em sua Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL.

Com tudo isso e apoiada nos relatórios dos seus consultores jurídicos, a Administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., não identifica até o momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas ou penalidades.